

**ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL E
AGRÍCOLA DE PEDREIRAS**

**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE
PEDREIRAS: POSSIBILIDADE QUE DEPENDE DA
SOCIEDADE LOCAL**

2003

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE PEDREIRAS: POSSIBILIDADE QUE DEPENDE DA SOCIEDADE LOCAL

Francisco Benedito da Costa Barbosa¹

RESUMO

A pesquisa mostra o desenvolvimento como uma função do crescimento econômico, descreve a formação econômica de Pedreiras, no Estado do Maranhão, analisa o seu atual estágio sócio-econômico e apresenta perspectivas para a retomada do crescimento da economia a partir de ações integrada entre a sociedade local e as instituições, através de políticas públicas, com o objetivo do desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: crescimento econômico, política pública, desenvolvimento sustentável.

PEDREIRAS SUSTAINABLE DEVELOPMENT: POSSIBILITY THAT DEPENDS OF THE LOCAL SOCIETY

ABSTRACT

The research shows the development as a function of the economic growth, describes the economic formation of Pedreiras in Maranhão State, analyses its current social and economic stage and presents perpectives to economic growth since links between the local society and institutions through public policies, with the objective of the sustainable development.

Key words: economic growth, public policy, sustainable development.

¹ Eg. Agr. M.Sc. em Planejamento do Desenvolvimento, doutorando em Desenvolvimento Sustentável.

INTRODUÇÃO

A maioria dos municípios amazônicos e nordestinos, no Brasil, caracterizam-se por apresentar um desenvolvimento cíclico, ou seja, manifestam inicialmente um crescimento econômico, normalmente, como resultado da exploração dos seus recursos naturais, o qual caracteriza-se por baixo nível tecnológico empregado nos sistemas produtivos; por uma dispersão dos novos investimentos, oriundos da acumulação de capital dessa produção; em seguida, ocorre um declínio das atividades economicamente produtivas; na terceira fase sucede uma estabilização, as vezes, com um leve crescimento da economia.

Pedreiras, no Estado do Maranhão, enquadra-se nesta "regra". Teve seu *boom* econômico durante as décadas de 1950, 60 e 70. De 1980 até 1994, vivenciou o período de queda nas atividades produtivas; desde então, entrou na fase de estabilização da economia com pequeno crescimento econômico.

A pesquisa analisa este contexto, mostrando as variáveis que favoreceram o período do crescimento da economia, quais motivos levaram ao declínio das suas atividades produtivas, e que fatores são responsáveis pela atual fase.

Investiga a estratégia de desempenho da economia de Pedreiras no início do século XXI, delineando os seus pontos fracos, a ameaça, seus pontos fortes e as suas oportunidades. Aponta ações que devam ser tomadas pela sociedade local, para que o processo de crescimento econômico volte a se materializar, de forma sustentável.

O trabalho está delineado em quatro partes. Inicia-se com referencial teórico e histórico do desenvolvimento, sua aplicação no Brasil, com políticas nacionais e regionais; a seguir, é contextualizada a formação econômica de Pedreiras; continua-se com uma avaliação estratégica de desempenho do desenvolvimento desta área neste início de século; conclui-se com as perspectivas para o crescimento econômico sustentável desta região, a partir das possibilidades de planejamento e de gestão com a participação da sociedade.

DESENVOLVIMENTO: DE OCORRÊNCIA NATURAL À POLÍTICA LOCAL

Após a consolidação da Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra no século XVIII, a industrialização se expandiu, na segunda metade do século XIX, para França, Alemanha, Suécia, EUA, e Japão.

O desenvolvimento econômico passou a ser considerado como parte da ordem natural das coisas, da mesma forma que a tendência do homem ao menor esforço ou a multiplicar suas necessidades, ou seja, a sua obtenção pelos demais países seria apenas uma questão de tempo, em função do crescimento econômico a ser estabelecido desde a produção agrícola até o consumo em massa de produtos industriais (Rostow, 1974; Barbosa, 2001).

Essa noção natural do desenvolvimento econômico, liderada apenas pelo mercado, começou a perder credibilidade com o *crash* de 1929, verificado nos EUA, e alterou-se após a Segunda Guerra Mundial, quando estudos sobre o desenvolvimento econômico e social constataram a profunda desigualdade entre os países que se industrializaram e atingiram elevados níveis de bem-estar material, compartilhados por amplas camadas da população, e aqueles que não se industrializaram, permanecendo em situação de pobreza, e acentuados desníveis sociais.

Para enfrentar essa nova realidade, ou seja, o subdesenvolvimento, os governos passaram a formular suas políticas econômicas pautadas na teoria keynesiana, sobre a participação do Estado na economia, através do planejamento e dos investimentos em setores prioritários para a produção, naqueles onde a iniciativa privada não investia; isto é, o Estado tornou-se planejador e empresário.

Foi nessa nova ótica que as políticas de desenvolvimento surgiram no Brasil, após a Segunda Guerra Mundial, com o apoio da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - Cepal - e respaldada teoricamente no trabalho de Raúl Prebisch (1901-1986): *"El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas,* publicado em 1949. O enfoque principal da Cepal era a industrialização dos países sulamericanos, principalmente Brasil, Argentina e México, através da política industrial denominada de substituição das importações.

A partir do segundo governo Vargas (1951-1954), a política de desenvolvimento consistiu em promover um desenvolvimento nacional autônomo, expresso na industrialização e teoricamente apoiada por intelectuais ligados à Cepal, como Celso Furtado. Ela foi responsável pela criação em 1952, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE - representando fator decisivo para a industrialização no Brasil. Num primeiro momento, as ações do BNDE foram canalizadas para a infra-estrutura, que era a área mais problemática para a expansão

industrial; a partir da segunda metade da década de 50, direcionou-se aos investimentos privados (Mantega, 1984).

O governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), implementou o Programa de Metas, conhecido pelo slogan, 50 anos em cinco. O governo Ernesto Geisel (1975-1979), estabeleceu o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento. Ambos foram importantes para a implantação e consolidação da indústria de base no país, além da ampliação da infra-estrutura nacional

A partir da década de 1980, o planejamento do desenvolvimento, no Brasil, sofre uma "interrupção branca" motivada pela crise fiscal do Estado, pela abertura comercial e pela busca da estabilidade monetária, estas duas na década de 1990. Na segunda metade dos anos 90, o planejamento nacional reaparece, porém, de forma tênue através dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, mais conhecidos como, Programa Brasil em Ação, e Avança Brasil, nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

O desenvolvimento regional foi institucionalizado, no Brasil, em 1953, através da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia - SPVEA - sediada em Belém-PA. Primeira instituição a trabalhar com políticas de planejamento regional no Brasil, destacou-se na construção da rodovia Belém-Brasília, e nos primeiros estudos sistematizados sobre os recursos naturais da Amazônia brasileira, propondo soluções para incorporá-los ao desenvolvimento regional.

O trabalho intelectual, "Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste", representou uma inflexão nas ações do Estado brasileiro, no Nordeste, passando de ações predominantemente assistencialista para desenvolvimentista, isto é, o problema nordestino deixava de visto apenas como uma questão "hidráulica" para ser, sobretudo, econômica; apoiava-se nas recomendações cepalinas, justificando a industrialização da região como uma obrigação do Estado. Serviu como suporte teórico, para a criação, da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - Sudene - em 1959 (GTDN, 1959; Silva Filho, 1997).

Em 1966, a SPVEA foi transformada em Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - Sudam - sendo seu objetivo principal semelhantes ao da Sudene, isto é, incentivar financeiramente empresas para se instalarem nestas regiões mediante renúncia fiscal do Estado. Em 2001, ambas superintendências foram extintas, e substituídas respectivamente, pela Agência de Desenvolvimento da Amazônia e Agência de Desenvolvimento do Nordeste, até o momento sem uma definição precisa das suas respectivas funções para o desenvolvimento regional.

As duas instituições, Sudam e Sudene, planejavam e executavam as políticas de incentivos fiscais, para a Amazônia e o Nordeste, como forma de acelerar o

crescimento econômico, e como consequência, o desenvolvimento regional, de acordo com a teoria dos Pólos Múltiplos de Desenvolvimento (financeiros, comerciais e de produção) e na interação das ações empresariais e do Estado, do economista francês François Perroux (1955).

A concepção desses pólos está associada ao planejamento centralizado, de cima para baixo, apoiado na grande firma fordista (produção em série). Esses elementos foram, em grande, parte responsáveis pelo declínio de muitas regiões com tradições industriais, exatamente porque as empresas concebidas neste modelo tiveram dificuldades de se adaptar, aos novos paradigmas produtivos e organizacionais, que começaram a mudar a partir da década de 1970, sobretudo, devido ao tamanho e a complexidade das suas estruturas.

O respaldo empírico da teoria de François Perroux se baseou nas experiências ocorridas a partir da década de 1930, direcionadas ao desenvolvimento regional. A primeira foi nos EUA com o *New Deal*, através do *Tennessee Valley Authority*. Posteriormente aconteceram na Inglaterra, ao dar um tratamento diferenciado a área de mineração, muito afetada pela crise de 1929; na Itália, o objetivo foi reduzir a miséria da região do *Mezzogiorno*, (Veiga, 1999).

Após esta contextualização sobre desenvolvimento, surge um inevitável questionamento, o quê é desenvolvimento? As ciências sociais o conceituam, atualmente: "como sendo o resultado de ações integradas entre o Livre Mercado, o Estado e a Sociedade Local para alocar, com eficiência, os investimentos em capital humano, em infra-estrutura e na produção, através da retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou atração de excedente exógeno, de modo que haja um permanente crescimento econômico com alterações fundamentais na estrutura da economia, acompanhado pela melhoria do padrão de vida da população, conjugado à preservação dos recursos naturais".

O exemplo da Coreia do Sul, país com 100.000 km², área correspondente a região dos cocais maranhense, exemplifica bem este conceito. No final da Guerra da Coreia, em 1953, a população sul-coreana consistia sobretudo em camponeses que viviam em palhoças e recebiam assistência alimentar internacional. O país era classificado como um dos que tinham piores perspectivas de desenvolvimento na Ásia Oriental. Na ocasião, a economista Joan Robinson, da universidade de Cambridge, saudou o crescimento da indústria estatal da Coreia do Norte como um verdadeiro milagre e previu que aquele país comunista iria deixar para trás, do ponto de vista econômico, o "degenerado" Sul.

Mas, a Coreia do Sul desafiou os céticos. Grande parte do seu sucesso baseou-se em sólido alicerce: alta taxa de poupança, sistema educacional

proporcionando alfabetização quase total, sociedade com uma insuperável ética de trabalho, administração prudente da política fiscal e monetária, e a presença do Estado, no sentido de montar uma máquina de exportação capaz de arranjar as divisas estrangeiras necessárias para pagar as contas da importação de petróleo e matérias primas.

Em 1996, os antigos moradores de choupanas estavam desfrutando uma renda per capita de 11.400 dólares ao ano, ou seja, 100 vezes mais do que o nível de 1953 e dois terços da renda dos EUA (Blustein, 2001).

O exemplo da Coréia do Sul, e por extensão, dos países denominados tigres asiáticos, tem levado os estudiosos do desenvolvimento - *scholars* - e os fazedores do desenvolvimento - *policy-markers* - a detectarem uma nova variável nessa equação, isto é, a participação das sociedades locais como fator decisivo nas mudanças neles ocorridas.

Eles têm investigado que os processos e as instâncias locais levam enorme vantagem sobre aquelas centrais ou regionais, na medida que estão melhor situadas, em termos de proximidade, aos fatores de produção, bens e serviços. Sendo assim, podem melhor captar as informações, além de poderem manter uma interação, em tempo real, com produtores e consumidores (Filho, 2001).

Fazendo-se uma analogia entre a teoria Schumpeteriana do empresário inovador, como o responsável pela dinâmica do crescimento econômico, e a sociedade local como uma variável do desenvolvimento, esta passa a desempenhar aquele papel, através da inovação das políticas e processos produtivos que atendam as demandas do desenvolvimento econômico, ao catalizar projetos que explorem as vantagens comparativas e/ou competitivas locais.

Nesse condições é mais difícil de ocorrer um aglomerado passivo de empresas, como nos modelos tradicionais de desenvolvimento regional; o que é mais provável de se estabelecer é uma coletividade ativa de agentes públicos e privados atuando com um mesmo interesse: o de manter a dinâmica e a sustentabilidade do sistema produtivo local (Albuquerque, 1998).

De modo que, nas estratégias de desenvolvimento econômico local o espaço territorial deve ser concebido como "um agente de transformação social" e não como um mero espaço funcional para a produção. Nesta perspectiva, o território socialmente organizado, e suas características culturais e históricas são aspectos muito importantes a serem levados em consideração por ocasião do planejamento do desenvolvimento da comunidade a ele integrada.

A existência de capacidade empresarial inovadora e organizada em nível local é, talvez, o elemento mais decisivo para liderar o processo de desenvolvimento e

mobilizar os recursos disponíveis. Os empresários locais devem usar sua capacidade para ordenar os fatores produtivos endógenos com níveis de produtividade suficientes e capazes de competir nos mercados.

Também o contexto sócio-cultural isto é, os valores e instituições locais, a ele vinculadas, devem impulsionar ou apoiar o próprio processo de desenvolvimento, ao facilitarem e/ou estimularem a criação de um "ambiente endógeno inovador".

Finalmente, os projetos de desenvolvimento local podem estar ligados a algum tipo de vocação regional ou a trivial acidente histórico, segundo Krugman (1991).

"Em 1895, a jovem Catherine Evans, da pequena cidade de Dalton, na Geórgia, fez uma colcha como presente de casamento. Seu estilo estava fora de uso, tinha sido comum durante o século XVIII até o início do XIX. Como consequência direta desse presente de casamento, Dalton emergiu, depois da Segunda Guerra Mundial como o centro de fabricação de tapetes dos EUA. Seis das 20 mais importantes fábricas de tapetes americanos estão localizadas em Dalton, e empregam 90 mil trabalhadores".

Para Pedreiras, este exemplo pode incentivar a análise das vantagens comparativas, da cultivar de banana, popularmente conhecida como babona ou casca grossa (*Musa* sp), tais como: condições ecológicas favoráveis ao seu cultivo, experiência acumulada na sua produção e suas qualidades como matéria prima industrial, de modo a poder transformar a bananicultura do Vale do Mearim em um moderno agronegócio.

FORMAÇÃO ECONÔMICA DE PEDREIRAS: 1940 - 1994

Os fluxos migratórios de camponeses nordestinos que se dirigiam aos vales úmidos do Maranhão ocorriam desde o século XIX, contudo, no século XX, a cada estiagem que acontecia no Nordeste, aumentava essa seqüência.

Segundo Andrade (1973), a partir da década de 1940 a região de Pedreiras passou a receber de modo cada vez mais intenso essas migrações, sobretudo em função das secas de 1942, 1951, 1953 e 1958. Essas estiagens, em suas respectivas áreas de abrangência, alcançaram, aproximadamente, 650 mil quilômetros quadrados; da população atingida, em torno de 3% tornava-se migrante, algo como 150 a 200 mil pessoas, que se dirigiram a diversas regiões brasileiras, incluindo o Maranhão.

Essas populações eram preponderantemente de agricultores. Segundo o censo demográfico de 1970, sua participação no total recenseado era de 80%. Apesar de não se dispor dos censos de 1950 e 1960, pode-se supor que esse percentual deveria ser bem mais elevado em virtude do menor grau de urbanização naqueles anos (Targino, 1985a).

Estudo realizado em 1953, pelo economista inglês Hans Singer, na qualidade de especialista da Organização das Nações Unidas, prestando consultoria ao BNDE, propôs o deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste para as áreas não afetadas por esta condicionante climática, devendo os migrantes se direcionar, em maior escala para o Estado do Maranhão. (Duarte, 2002).

Em 1956, o governo federal, seguindo esta orientação, determinou a instalação de um núcleo colonial no Vale do Mearim, que efetivou-se no povoado de Marianópolis, município de Pedreiras (Targino, 1985b).

No período de 1946 a 1958, atuou no Maranhão, a Campanha de Produção Agropecuária, financiada pelo capital mercantil da Praia Grande, em São Luís, fomentando inovações agronômicas, distribuindo sementes, abrindo estradas e apoiando melhorias nas áreas de saúde e educação, com o objetivo de aumentar a produção agrícola, fator preponderante para a acumulação de capital por parte dos comerciantes ludovicenses. Pedreiras foi um dos pólos dessa Campanha (Santos, 1981).

Os camponeses aqui instalados, de modo espontâneo, ou via política governamental, se destacaram, na produções de arroz (*Oryza sativa*), de algodão (*Gossypium herbaceum*), e do extrativismo do babaçu (*Orbignya phalerata*), produtos que dispunham de comércio regular na região de Pedreiras.

Essas condições fizeram com que, no período de 1953 a 1963, a produção agrícola de Pedreiras duplicasse a área plantada e o volume produzido, o que caracterizou a fase de maior ocupação da fronteira agrícola do município (Esterci, 1980). Em 1954, Pedreiras destacou-se ao alcançar a maior produção de arroz no Estado do Maranhão (Amaral, 1958).

A medida que a fronteira agrícola se expandia, à sua retaguarda instalavam-se naturalmente os babaçuais, devido ao aparecimento de condições ecológicas favoráveis ao seu florescimento, ou seja, as áreas de capoeiras, onde as palmeiras de babaçu emergem em sucessão como espécie florestal dominante.

O crescimento da produção agrícola e extrativa motivou a instalação de indústrias processadoras de arroz, algodão, e babaçu, na cidade de Pedreiras. Estas empresas ultrapassaram a uma centena, segundo relatos do Sr. Newton Martins Barbosa, gerente das unidades industriais, em Pedreiras e Bacabal, do Cotonifício Cândido Ribeiro, entre 1954 e 1962, e da Sra. Benedita da Costa Barbosa, genitores do autor deste trabalho, que residem em Pedreiras.

Em 1955 foi criada a Estação Experimental de Pedreiras, unidade de pesquisa agronômica, integrada ao Instituto Agronômico do Norte, com sede em Belém-PA., para atender as demandas tecnológicas da produção do Vale do Mearim, a mais

importante região agrícola do Maranhão, àquela época. No tempo em que funcionou, duas culturas foram as mais pesquisadas, arroz e algodão.

Para o arroz foram pesquisadas: época para o plantio, espaçamento, cultivares adaptadas as áreas altas, todas com os objetivos de aumento da produtividade e de atender as exigências do mercado. Com o algodão, as pesquisas visavam: época de plantio, espaçamento e a obtenção de variedades que aliassem boa qualidade da fibra com alta produtividade.

A Estação Experimental de Pedreiras funcionou onde hoje se encontra o centro administrativo do município de Trizidela do Vale. Ela foi desativada em 1971 (Santos, 1965; IPEAN, 1972).

Na segunda metade da década de 1960 a frente camponesa começou a perder força em virtude do esgotamento da fronteira agrícola. A região passou a produzir banana (*Musa paradisiaca*) e a expandir a pecuária, atividades compatíveis à ocupação das áreas desmatadas. Pedreiras tornou-se grande exportadora de banana *in natura* para vários mercados nacionais.

Em 1979, foi instado nesta cidade pelo governo do Estado, em consonância com sua política de fomento à pecuária leiteira, um posto de compra e resfriamento de leite, através da Companhia Industrial de Produtos Agropecuários do Maranhão - Copema.

Esta iniciativa trouxe benefícios econômicos e zootécnicos à região; quanto ao primeiro aumentou o rebanho bovino e a produção de leite, e incentivou um encadeamento para trás (comércio de insumos); quanto ao segundo, melhorou a qualidade e o manejo desse rebanho. Isto até 1994, quando a Copema foi desativada. Nesse período, a região formou uma bacia leiteira, que exportava 20.000 litros de leite/dia.

A contribuição dessas atividades para o desenvolvimento econômico de Pedreiras, e a sua posição, em relação ao desenvolvimento econômico do Maranhão está demonstrado nas tabelas 1 e 2.

Tabela 1. VALOR DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E DO PIB DE PEDREIRAS EM MIL US\$ DE 1996.

Ano	Produção	PIB	Relação Prod/PIB - %
1970	2.469	35.707	6,91
1980	9.891	80.024	12,36
1990	-	59.367	-
1996	6.313	61.873	10,20

Fonte: Censo Agropecuário, MA (1970); Produto Interno Bruto dos Municípios (2002).

Tabela 2. TAXAS PERCENTUAIS DO CRESCIMENTO DO PIB E DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DE PEDREIRAS E DO MARANHÃO 1970 - 1996.

Período	PIB		Produção Agropecuária	
	Pedreiras	Maranhão	Pedreiras	Maranhão
1970 - 80	124,1	56,4	300,6	44,6
1980 -90	-25,8	49,1	-	-
1990 -96	4,2	15,4	[-36,1	2,9]

Fonte: Agregados Econômicos Regionais (1996).

[] Refere-se ao período 1980 -1996.

De 1980 até 1994, ocasião do fechamento da Copema, a economia primária pedreirense declinou, embora contasse com a produção de leite, no entanto, a economia agrícola tinha perdido força como produção de mercado, e pela diminuição do extrativismo do babaçu.

A partir de 1995, a economia agropecuária, que tinha propiciado momentos de acumulação de capital, no município, passa a ter um caráter muito mais de subsistência com pequeno excedente para a comercialização; exceção feita à pecuária, porém, com baixa produtividade.

A economia passou a ser urbana, devido a posição de liderança regional desfrutada pela cidade, em função da sua infra-estrutura de comércio e de serviços, estabelecida com o apoio dos ciclos econômicos da agropecuária, agora corroborada, pelo repasse financeiro das transferências governamentais e benefícios do INSS pagos na região. Esses dados são confirmados na tabela 3.

Tabela 3. COMPOSIÇÃO DA RENDA DE PEDREIRAS ATRAVÉS DOS SEUS TRÊS PRINCIPAIS SETORES EM MIL R\$ DE 2001.

Produc.	%	Gover.	%	INSS	%	Total	%
7.867	18,6	10.470	24,7	23.883	56,5	42,220	99,9

Fonte: Censo Agropecuário MA. (1995-1996); Transferência de Recursos para os Municípios (2002); Benefícios Pagos pelo INSS (2003).

As transferências de governo são: ICMS, FPM, FPEX, IPVA, FUNDEF, SUS.

Os benefícios do INSS são: Amparos; Aposentadorias; Auxílios; Pensões.

A diminuição do desempenho econômico de Pedreiras tem reflexos na qualidade de vida da sua população. Esta quadro é mensurado através dos indicadores sociais diretamente relacionados a geração de renda e gastos sociais (saúde, educação e saneamento), advindos da economia local e dos repasses dos governos federal e estadual, aplicados em consonância com políticas sociais. Estes dados estão na tabela 4.

Tabela 4. INDICADORES SOCIAIS SOBRE DOMICÍLIOS E SEUS RESPONSÁVEIS EM PEDREIRAS E MUNICÍPIOS ANÁLOGOS - 20.001 A 50.000 hab.- NOS ESTADOS LIMÍTROFES E NA MÉDIA DO NORDESTE. 1991 - 2000.

Local	Renda Med. Mês Salário Mínimo	Anos de estudo		Sane. Basi. Ade.* %	
		1991	2000	1991	2000
Pedreiras	1,63	1,6	2,5	2,7	7,1
Piauí	1,68	1,8	2,6	4,7	17,1
Pará	2,87	2,3	3,1	4,9	7,0
Tocantins	3,78	3,6	4,8	0,4	7,4
Ceará	1,69	1,5	2,4	2,3	9,5
Nordeste	3,00	3,0	4,0	19,0	31,5

Fonte: Indicadores Sociais Municipais 2000. (2002).

- Rede de abastecimento de água, esgoto ou fossa séptica, coleta de lixo.

Ressalte-se que no tocante a renda, o limite que tem sido utilizado par excluir uma família da condição de miséria é de dois salários mínimos (Pizzo, 1995).

Observa-se na formação econômica deste município a caracterização do processo cíclico da acumulação e perda de capital; veja-se em quais condições ocorreu. A acumulação deu-se através do capital mercantil aqui instalado, e em menor escala a nível de produtor. Todavia, esta sofreu dois grandes problemas, respectivamente nos aspectos técnicos e econômico.

Com relação a perspectiva técnica, os ciclos de produção se pautaram por um baixo nível tecnológico, concorrendo para diminuição da produtividade dos sistemas de cultivos até o ponto da inviabilidade econômica.

A produção de arroz e de algodão manteve-se enquanto havia fronteira agrícola disponível, condição essencial para sustentar a produção camponesa. A cultura da banana enfrentou, além da queda de fertilidade dos solos, o aparecimento da murcha (Mal do Panamá) e da queima das folhas (Mal de Sigatoka) doenças que atacam preferencialmente as cultivares maçã e prata (*Musa sp*), com melhores demandas pelo mercado na forma *in natura*. A pecuária, notadamente a de corte, permaneceu com deficiente manejo da pastagem e do rebanho o que propicia baixa rentabilidade.

Não havendo inovação tecnológica, a produtividade dos sistemas econômicos perdem competitividade e conseqüentemente diminuem sua capacidade de acumulação de capital, que por sua vez comprometem novos investimentos, fechando o ciclo vicioso da recessão econômica.

Esse contexto foi corroborado pela desorganização dos produtores e pela falta de uma política de desenvolvimento, pois prevalecia a época a noção do desenvolvimento como um processo natural.

No aspecto econômico, a acumulação mercantil local não foi investida nas atividades da cadeias de produção, com inovações, nem tampouco diversificou o sistema produtivo, exceção feita a expansão comercial e de serviços que se estabeleceram na cidade. Todavia, parcela significativa dessa acumulação teve destino não produtivo ou suntuoso.

ANÁLISE ESTRATÉGICA DE DESEMPENHO DA ECONOMIA DE PEDREIRAS NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

No início do século XXI, a economia de Pedreiras pode ser configurada dentro de uma metodologia de análise estratégica de desempenho, nos seguintes pontos:

Pontos fracos. Processamento industrial embrionário; altos custos de comercialização; incipiente capacidade de gestão empresarial; baixa qualificação da mão-de-obra.

Ameaça. Inexistência de uma política local de desenvolvimento econômico.

Pontos fortes. Baixo custo de produção; grande estoque de terras prontas para integrar o processo produtivo; condições ecológicas favoráveis; programas de financiamentos nos bancos aqui instalados; organizações sociais local, disponíveis a serem integradas num processo de desenvolvimento.

Oportunidades. Investimentos em infra-estrutura produtiva, social e de serviços existente e sendo ampliado na região.

O desenvolvimento de Pedreiras, como de todo o Nordeste, tem sido tratado pelo governo e pela sociedade local, desde o advento da Sudene, através do paradigma do desenvolvimento regional, que segundo a teoria que o delinea, se pauta na interação entre o empresário e o governo, através de pólos de desenvolvimento.

Este paradigma de desenvolvimento mostrou-se na prática, que não foi capaz de responder ao que se propunha, ou seja, manter um processo de desenvolvimento sustentável na maior parte das áreas em que foi aplicado. Hoje a teoria do desenvolvimento demonstra, que além de outros fatores, a não participação da sociedade local, como variável da equação empresário e estado, foi decisiva para que a sustentabilidade não ocorresse em grande parte da região, ocasionando a sinuosidade do seu crescimento econômico. Assim sendo, o paradigma estabelecido a partir dos anos 90, na teoria do desenvolvimento, é a abrangência do desenvolvimento regional até o desenvolvimento local.

É possível a retomada do crescimento econômico da região de Pedreiras, visto que, a mesma dispõe de organizações sociais capazes de interagir com outras instituições, e juntas, estabelecerem políticas de cunho local que possam atomizar os pontos fortes e as oportunidades existentes, ao mesmo tempo em que, devam gestar com competência as transformações da ameaça, e dos pontos fracos existentes.

Torna-se imperativo que a sociedade pedreirense tenha em mente a mudança do paradigma do desenvolvimento regional, como o único responsável pelo crescimento econômico, e agregue o desenvolvimento local como centro desse novo processo de desenvolvimento.

Há experiências no Brasil onde esta concepção já atinge uma escala maior, através de projetos de desenvolvimento com mais de um município, ou seja, aglutinando várias comunas. São experiências de consórcio, de associações municipais, que se agregam para pensar aquele subespaço de forma organizada e sistematizada.

É importante frizar-se os recentes investimento em infra-estrutura rural realizados na região de Pedreiras, nos últimos anos, que na prática funcionam com se fossem planejados sob a coordenação de um consórcio municipal, conforme demonstrado na tabela 5.

Tabela 5. PROGRAMA ESPECIAIS DE INVESTIMENTO EM INFRA-ESTRUTURA* RURAL NA REGIÃO DE PEDREIRAS. 1998 - 2002.

ANO	VALOR R\$
1998	674.016,96
1999	946.526,07
2000	4.307.435,01
2001	71.244,52
2002	1.520.956,57
Total	7.520.179,14

Fonte: Subprojetos Liberados no Período 1998 a 2002. (2003).

*Eletrificação, 181,72 km. Estradas vicinais, 577,2 km. Sistema simplificado de abastecimento de água, 27. Irrigação, 60 há. Infra-estrutura social, trator, casas de farinha, infra-estrutura pecuária, açudes, telefonia.

Foram beneficiadas 12.164 famílias em 206 localidades dos 14 municípios que formam a gerência regional de Pedreiras.

AÇÕES A SEREM ESTABELECIDAS COM APOIO DA SOCIEDADE LOCAL PARA O CRESCIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL DE PEDREIRAS

Dentro das ações para a retomada do crescimento econômico da região de Pedreiras é importante priorizar o agronegócio, o qual, se consolida por meio dos encadeamentos *-linkages-* para frente e para trás. Os encadeamentos para trás se originam das aquisições de insumos, bens de capital e serviços que uma unidade de produção necessita para gerar um novo produto, e que podem se estabelecer na economia terciária do município. Os encadeamentos para frente, por sua vez, derivam das vendas de produtos com maior valor agregado, através de processamento industrial, como um segmento da industrialização da região (Santana, 2002b).

Nesta perspectiva, apresentam-se com possibilidades de estabelecer o crescimento econômico, da região de Pedreiras, os seguintes agronegócios: pecuária de corte, fruticultura, grãos - arroz, milho, soja - pecuária de leite, avicultura, café, sistemas agroflorestais utilizando mogno africano e amazônico, sumaúma, teca, acácia mangium, pinus, eucalipto, paricá, e espécies do ecossistema do Médio Mearim.

Pecuária de Corte - Embora seja um segmento ativo da economia regional, se estabelece com índices zootécnicos baixos, tais como, ganho de peso, com média de até 112kg/há/ano; pastagens com baixa capacidade de suporta animal, alto percentual de plantas invasoras, manejo das pastagens e do rebanho, inadequado para as condições ecológicas da região do Médio Mearim.

A Embrapa Amazônia Oriental, com sede em Belém-PA., desenvolvendo pesquisa com bovinos anelados, em sistema de pastejo rotacionado intensivo, com manejo adequado das pastagens e dos animais, controle eficaz de invasoras e aplicação de fertilizantes nas quantidades de 75 kg/há/ano de nitrogênio, fósforo e potássio, parcelada em três vezes ao ano, consegue 825kg de peso vivo /há/ano (Teixeira et al. 2000).

A modernização desta atividade deve ter como objetivo principal a instalação de frigorífico para abate e industrialização do boi na própria região; a busca de mercados nacional e externo; ao mesmo tempo que se criem condições para instalar aqui, a cadeia produtiva da pecuária de corte.

Fruticultura - A constatação empírica de que os alimentos possuem características de remédios, levou pesquisadores japoneses a partir da década de 1980 a dar tratamento científico a esta hipótese. Os estudos levaram a um novo ramo da ciência, denominado de nutracêutica, que se fundamenta na constatação de que os

alimentos possuem princípios bioativos capazes de funcionar, na prática, como verdadeiros remédios.

Muitas vitaminas, das quais as frutas e hortaliças são as principais fontes supridoras, desempenham papel importante na prevenção ao câncer e outras doenças degenerativas, por destruírem os radicais livres, uma das principais causas do surgimento dessas enfermidades (Junqueira et al. 2001).

A conscientização desses fatos tem contribuído para o aumento do consumo de frutas pelos países desenvolvidos. Na União Européia o acréscimo foi de 38,79% entre 1960 e 2000, passando de 71 para 116/kg/hab./ano (Contini, 2003).

O Brasil tem se beneficiado com essa tendência, em 2000 exportou 370 milhões de dólares de frutas incluindo a castanha de caju, ao preço médio de 402,87 dólares por tonelada, representando aumento de 4% quando comparado ao valor de 1999 (Hamm, 2001).

Nesse mesmo ano, as exportações de frutas frescas atingiram 169,82 milhões de dólares, o que é bastante significativo, embora ainda distante do potencial do país, visto que, as frutas e hortaliças estão entre os alimentos proporcionalmente mais consumidos, conforme vai aumentando a renda pessoal, significando que possuem os mais altos coeficientes de elasticidade-renda entre todos os alimentos de origem agrícola.

De 1996 a 2001, o Brasil teve um aumento de 110,71% no valor das exportações de frutas frescas, ou seja, passou de 105,05 para 221,36 milhões de dólares com o comércio exterior desse segmento (Brasil, 2002).

Outro indicador desse mercado são as exportações do Chile, com valor médio de 1,5 bilhão de dólares por ano, produzidos em 220 mil hectares irrigados. A diferença é que o Chile se organizou para alcançar esse objetivo com planejamento, investimentos, acesso a mercados, gestão empresarial e utilização de tecnologias adequadas.

Quanto ao comércio interno, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Brasília, com maior renda per capita, caracterizam-se pelo crescimento no consumo durante todo o ano, e dispõem-se a pagar preços relativamente elevados fora da safra (Vilas, 2002).

Um exemplo da expansão da agroindústria de frutas encontra-se no Estado do Pará onde 8 empresa atendem as demandas nacional e internacional. A tabela 6 especifica as empresa e as frutas industrializadas no Pará.

Tabela 6. AGROINDÚSTRIAS DE FRUTAS TROPICAIS INSTALADAS NO ESTADO DO PARÁ, 2003.

Agroindústria	Fruta
Amafrutas	Maracujá
Citropar	Citros
Cooperativa Mista de Floresta do Araguaia	Abacaxi
Cooperativa Mista de Tomé-Açu	Acerola, cupuaçu, maracujá
Grupo Senor	Goiaba
Kidelícia Indústria e Comércio	Banana, bacuri, cupuaçu
Muaná Alimentos	Açaí
Socôco Agroindustrial	Côco

Fonte: Homma et al. 2002.

Segundo a Embrapa Agroindústria Tropical, com sede em Fortaleza-CE., o Maranhão reúne todas as condições para desenvolver o agronegócio do caju; 75% do seu território tem aptidão para o cultivo do cajueiro.

Em 2002, o negócio do caju cresceu no Maranhão, estando previsto para os próximos quatro anos a implantação de 30 mini-fábricas de beneficiamento de castanha de caju e do pedúnculo (para a produção de doce, sucos e cajuína).

Atualmente existem seis dessas mini-fábricas operando nos municípios de Barreirinhas, Barra do Corda, Governador Edison Lobão, São João Batista, Humberto de Campos, Araganã. Cada uma das unidades produz em média 132 toneladas de castanha beneficiada. Na industrialização da polpa do fruto para suco e doce, cinco fábricas instaladas nos municípios de São Luís, Matinha, Itapecuru, Coroatá, Mata Roma estão em funcionamento.

A cajucultura está implantada em oito regionais administrativas do Estado: Viana, Zé Doca, Imperatriz, Rosário, Caxias, Itapecurú, Chapadinha, Barra do Corda, reunindo 67 municípios (Agronegócio, 2003).

Grãos: arroz, milho, soja - A produtividade brasileira em grãos tem crescido de modo a diminuir os custos da produção. É resultado, principalmente, do avanço tecnológico, fazendo o Brasil aumentar suas oportunidades no mercado internacional, sobretudo, em relação aos seus dois maiores competidores, EUA e Argentina, conforme demonstra a tabela 7.

Tabela 7. CUSTOS TOTAIS POR UNIDADE PRODUZIDA EM US\$/sc 60kg.

Milho		Soja	
País	Custo	País	Custo
Brasil	3,59	Argentina	4,42
EUA	3,71	Brasil	5,62
Argentina	3,74	EUA	6,81

Fonte: RC. W. Consultores *apud* Wedekin et al. (2002).

O Sul do Maranhão apresenta-se com força empresarial no agronegócio de grãos. A produção utiliza tecnologia moderna e o gerenciamento da cadeia produtiva adota métodos atualizados na sua formação e na conquista de novos mercados, contando, para isso, com o apoio de empresas multinacionais.

A região de Pedreiras pode se beneficiar dessas inovações através de três variáveis importantes: as tecnologias de produção, os métodos de gerenciamento, e sua vantagem comparativa e competitiva, ou seja, o menor custo de escoamento da produção pelo porto de Itaqui.

Outro aspecto importante para que a região de Pedreiras volte a produzir grão está na utilização da soja e do milho como componentes básicos para ração avícola e da pecuária leiteira, variável fundamental para tornar a produção regional competitiva. Além de que, a soja e o milho serão exportados na forma de proteína animal, com maior valor agregado.

Pecuária de Leite - Recentemente a região de Pedreiras deixou esvair mais um dos seus ciclos econômicos, a produção de leite. Baixos índices zootécnicos do rebanho, falta da instalação completa da cadeia produtiva desse segmento econômico foram, dentre outras variáveis, as maiores responsáveis por seu desaparecimento.

A melhoria dos indicadores zootécnicos, da pecuária leiteira, é uma das pesquisas da Embrapa Amazônia Oriental, em andamento no município paraense de Terra Alta., visando aumentar os índices de produtividade. Os resultados são animadores e indicam os seguintes valores: produção de leite, de 5 litros para 12 litros por vaca/dia, isto é, de 840 litros/há/ano para 2.500 litros/há/ano; período de lactação, de 210 para 305 dias/vaca/ano; intervalo entre partos, de 440 dias para 370 dias; idade do primeiro parto, de 36 para 27 meses; taxa de natalidade de 60% para 80% (Gonçalves et al. 2000).

O retorno desta atividade, na região de Pedreiras, deve ser implantada visando alcançar esses novos índices de produtividade, bem como, no estabelecimento da sua

verticalização para que a região se beneficie da distribuição da renda, gerada no setor, ao mesmo tempo que se estabeleçam as condições da sua sustentabilidade.

Avicultura - Em 1970 o consumo de carne de frango no Brasil era de 2,3kg per capita. Em 1995 atingiu 29,1kg per capita, aumento superior a 1000% em 30 anos (Godoy, 2000).

A exportação de carne de frango, pelo Brasil teve um crescimento de 101,37%, passando de 435 mil para 876 mil toneladas entre 1995 e 2000, liderando o *ranking* dos países exportadores. Em valores, essas exportações passaram de 578 milhões para 981 milhões de dólares (Pinazza, et al. 2000).

A carne de aves é a maior fonte de proteína animal, com capacidade de suprir essa demanda em todas as classes sociais, devido ao seu preço competitivo. Além disso, a procura por produtos elaborados só tende a crescer, de modo que, o futuro do setor só depende das empresas e de sua habilidade para explorar o mercado.

A avicultura moderna em Pedreiras - aves confinadas - iniciou-se com o pioneirismo do Sr. Newton Martins Barbosa, no final da década de 1960, através da Granja Sagrado Coração de Jesus, que recebeu assistência técnica da Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado do Maranhão (Acar-MA), e financiamento do Banco da Amazônia (Basa), agência de Coroatá.

Atualmente, o município dispõe de uma produção avícola significativa, para o atual contexto da sua economia primária. Porém, sua participação restringe-se praticamente ao mercado local. Tem como foco principal a avicultura de corte, sua estratégia gira em torno de custo/quantidade e usa tecnologia elementar.

Na busca de um novo perfil para este segmento econômico, é importante, num primeiro momento, que os produtores se organizem pensando de modo regional e tentem a integração com empresas que poderão propiciar a produção em escala. Se o lucro a curto prazo é pequeno, no entanto os produtores irão ganhar em gerenciamento, incorporação de tecnologias mais avançadas e acesso a mercados maiores, de modo que num futuro possam estabelecer a integração com empresas da própria região.

Café - Embora tenha perdido a liderança na pauta das exportações brasileiras, na segunda metade do século passado, em virtude da diversificação da economia brasileira e do aumento dos produtos industrializados neste segmento, a cafeicultura continua tendo importância sócio-econômica no Brasil.

Em âmbito regional, ela é importante para uma dezena de estados, seja em termos de ocupação de mão-de-obra ou como fonte propulsora da economia de

centenas de municípios. Deste modo, o café garante a prosperidade de vasta área do território nacional.

É notória a organização dos cafeicultores brasileiros. A grande quantidade de cooperativas, associações e sindicatos com eficaz entrosamento e coordenação entre essas entidades, são fatores de fortalecimento do setor. O grande número de eventos promovidos em todas as regiões produtoras de café, no Brasil, aumentam nossa competitividade, pois a difusão de tecnologia e de métodos gerenciais dão-se com eficiência.

Em relação ao mercado desta Rubiácea, estudos da Organização Internacional do Café indicam que, o coeficiente de correlação entre o crescimento populacional e o consumo mundial de café é de 0,977, o que indica um crescimento vegetativo semelhante ao da população. Este consumo hoje é da ordem de 1kg/pessoa/ano (Araripe et al. 2001).

Aspecto importante no negócios desta *commodity* é o aumento do consumo das espécies (*Robusta* sp), café africano, como integrante das misturas de cafés utilizadas pela indústria. Estas espécies são ecologicamente adaptada às condições tropicais de baixa altitude, e temperaturas elevadas, que é a situação de Pedreiras.

O município já dispõe de uma indústria de moagem de café, e recentemente, uma iniciativa com o plantio de café; fez-se mister que este plantio fosse acompanhado nos seus aspectos agronômicos e econômico, o que poderia ter contribuído para um possível estabelecimento da cafeicultura nesta região.

Sistemas Agroflorestais - O consorciamento de árvores, com agricultura e criação de animais, apresenta-se a cada dia como componente importante nos sistemas de produção das áreas tropicais, quer seja no ponto de vista ecológico como no econômico. Aspecto essencial que tem contribuído para o incremento desses sistemas é a produtividade. A produção de madeira na floresta nativa é da ordem de 1m³/há/ano, enquanto no reflorestamento calcula-se no mínimo 10m³/há/ano (Falesi et al. 2002).

No Brasil, o consumo anual de madeira é da ordem de 350 milhões de m³, sendo 30% oriundo de florestas plantadas. A implantação de indústrias de ferro gusa no complexo Carajás, no Pará e Maranhão, indica uma demanda potencial de 30 mil hectares/ano de eucalipto para a produção de carvão vegetal. O Pará já dispõe de 200 mil hectares cultivados com espécies florestais ou 120 milhões de árvores plantadas (Homma, 2003).

Outro ponto interessante dos sistemas agroflorestais diz respeito ao Protocolo de Kioto, de 1997, sobre o seqüestro de carbono pelas áreas reflorestadas nos

trópicos. Esse processo está sendo debatido entre os países, a respeito do valor a ser comercializado. A proposta que está conseguindo maior consenso fixa a tonelada de carbono seqüestrado em 20 dólares por hectare.

Pesquisas realizadas na Amazônia brasileira, pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, em Manaus-AM., e pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, em Belém-PA., demonstram a capacidade média das áreas reflorestadas em seqüestrar duas toneladas de carbono por hectare/ano. (Nepstad, 2000).

A importância da silvicultura pode ser mensurada pelo projeto Genolyptu, lançado em fevereiro/2002, pelo Ministério da Ciência e Tecnologia em parceria com 15 indústrias do setor florestal, sete universidades e a Embrapa, com a finalidade de seqüenciar o DNA do eucalipto, fazendo o mapeamento genético e trabalhos de mensuração de características da madeira (tipo, teor de lignina, celulose), entre outras. Na sua primeira fase, prevista para cinco anos, o projeto está orçado em 12 milhões de reais (Barbosa, 2002).

Em estudo recente, Santana (2002a) mostra que além dos fortes efeitos de encadeamento produtivo para frente e/ou para trás da agroindústria, esta mantém a menor relação capital-trabalho, ou seja, com apenas R\$ 3.527,50 aplicados na agroindústria, cria-se um emprego direto (e outros dois empregos indiretos, para o nível de processamento atual), contra R\$ 48.979,75 na indústria e R\$ 25.700,48 no setor de serviços.

Além da agropecuária, outras iniciativas para a área rural se fazem vislumbrar, tais como, o artesanato, a proteção do meio-ambiente, o turismo rural, ecológico e de aventura, a proteção do patrimônio cultural e paisagista e o desenvolvimento dos serviços. São atividades que também se referem a economia rural.

Na economia urbana, os poderes locais podem exercitar iniciativas destinadas a lutar contra a pobreza e o desemprego, e em favor do meio-ambiente, tais como, a recuperação de casas em bairros pauperizados ou a distribuição de produtos básicos em zonas isoladas, reinserção dos trabalhadores desempregados mediante o melhoramento de sua qualificação profissional, ou atividades que estimulem a reciclagem de resíduos ou materiais recuperáveis, a formação de cooperativas de prestação de serviços, a melhoria e ampliação das atividades terciárias existentes, e introdução de novas, etc.

Para ambos os casos - rural e urbano - este catálogo de iniciativas inovadoras depende de quatro aspectos decisivos: o acesso a informação tecnológica; a capacitação dos recursos humanos; o financiamento dos segmentos produtivos, a obtenção dos mercados.

CONCLUSÃO

Estudos recentes demonstram como o desenvolvimento das regiões pobres, não é apenas uma consequência da difusão dos efeitos econômicos gerados pelas regiões ricas - pólos de desenvolvimento - nem tão pouco, que a dinâmica do crescimento econômico seja um reflexo da globalização, em outras palavras, basta esperar que acontecerá.

Existem dinâmicas territoriais específicas, que não dependem exclusivamente da habilidade para atrair capitais estrangeiros, mas da sua capacidade para impulsionar processos de inovação endógenos, mediante o estímulo de iniciativas locais.

Nesse sentido, cabe a sociedade local instituir quais passos devam ser tomados, e conseqüentemente, estabelecer políticas públicas e ações pautadas nas reais necessidades e aptidões da comunidade, para que o processo de crescimento econômico volte a se materializar.

A formulação de políticas públicas deveria ser guiada apenas por considerações de bem-estar social. Todavia, na prática evidencia-se a existência de grupos e setores que demandam medidas que lhes beneficiam, sem quaisquer considerações sobre o efeito das mesmas sobre o resto da sociedade.

No entanto, isto não preclui a formulação das mesmas, de modo consistente com a maximização de uma função de bem-estar social que deva ser objeto de escolhas, em uma relação de custo-benefício; em poucas palavras, estabelecê-las consiste em escolher um conjunto de ações que maximize o bem estar-social com um custo compatível a ser pago pela sociedade

A retomada do crescimento econômico de Pedreiras é uma condição *sine qua non* para o seu desenvolvimento. No entanto, esse processo não deve acontecer a revelia da sociedade, faz-se mister, que esta nova fase se estabeleça com base em políticas públicas, local, de modo a atender as demandas sócio-econômicas com sustentabilidade dos sistemas produtivos, equidade social e preservação dos recursos naturais.

Do exposto, conclui-se a importância da mudança do paradigma do desenvolvimento, para não se repetir o que a história econômica desta região demonstra, ou seja, uma economia cíclica, dependente de variáveis não compreendidas e não administradas pelos atores locais.

REFERÊNCIAS

- AGREGADOS ECONÔMICOS REGIONAIS. Recife, SUDENE, 1996.
- AGRONEGÓCIO do caju cresceu no Maranhão no na passado. **O Estado do Maranhão**, São Luís, 19 jan. 2003. Estado, p. 4.
- ALBUQUERQUE, F. **Desenvolvimento econômico local e distribuição do progresso técnico**. Fortaleza: BNB, 1998.
- AMARAL, L. **História geral da agricultura brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2 v. 1958.
- ANDRADE, M. C. de. **A terra e o homem do Nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- ARARIPE, L.O; LAGO, M. A. C. do. Café: a vez da demanda. **Agroanalysis**. Rio de Janeiro; FGV, v.21, n.5, maio/jun. p.41-44, 2001.
- BARBOSA, F. B. C. da. A biotecnologia e a conservação da biodiversidade amazônica, sua inserção na política ambiental. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**. Brasília; EMBRAPA, v.18, n.2, p.69-94, maio/ago., 2001.
- _____. Biotecnologia molecular e novo padrão de financiamento: possibilidades para a pesquisa da fusariose da pimenta-do-reino. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**. Brasília: EMBRAPA, v.19, n.3, p.429-449, set./dez. 2002.
- BENEFÍCIOS PAGOS PELO INSS. São Luís: Gerência Executiva INSS, fev., 2003.
- BLUSTEIN, P. **The chastening**: inside the crisis that rocked the global financial system and humbled the IMF. Washington: Public Affairs, 2001.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio. **Exportações brasileiras por região e estados produtores: 1996-2001**. Rio de Janeiro: SECEX, 2002.
- CENSO AGROPECUÁRIO. MARANHÃO (1970). Rio de Janeiro: IBGE, 1975.
- CENSO AGROPECUÁRIO. MARANHÃO (1980). Rio de Janeiro: IBGE, 1983.
- CENSO AGROPECUÁRIO. MARANHÃO (1995 - 1996). Rio de Janeiro: IBGE, 1998.
- CONJUNTURA ECONÔMICA. Rio de Janeiro: FGV, v.54, n.8, ago., 2000.
- CONTINI, E. Velha Europa, novos alimentos. **Agroanalysis**. Rio de Janeiro: FGV, v.23, n.2, abr. p.41-2, 2003.
- DUARTE, R. S. **A seca de 1958**: uma avaliação pelo ETENE. Fortaleza: Banco do Nordeste/Fundação Joaquim Nabuco, 2002.
- ESTERCI, N. Formação do campesinato em Pedreiras (MA). **Revista FIPES**. São Luís: v.1, n.2, p.2-35, jul./dez., 1980.
- FALES, I. C.; GALEÃO, R. R. **Recuperação de áreas antropizadas da mesorregião nordeste paraense através de sistemas agroflorestais**. Belém: Emater, 2002. (Documentos 1).

FILHO, J. A. do. A endogeneização no desenvolvimento regional e local. **Planejamento e Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, v. semestral, n.23, jun., 2001.

GODOY, J.C. O setor avícola se transforma e os novos nichos de mercado tendem a absorver pequenas e médias produções. **Agroanalysis**. Rio de Janeiro: FGV, v. 20, n.8, ago. p.35-8, 2000.

GONÇALVES, C. A; RODRIGUES FILHO, J. A; SIMÃO NETO, M; CAMARÃO, A. p; MARQUES, J. R. F; SOUZA, H. E. M. O sistema de produção de leite implantado pela Embrapa Amazônia Oriental em Terra Alta, PA. In: VEIGA, J. B; TOURRAND, J. F. (org.) **Produção leiteira na Amazônia Oriental: situação atual e perspectivas**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2000.

GRUPO DE TRABALHO PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza. v.28, n.4, p.387-432, out./dez. 1997.

HAMMA, A. O Profutra quer elevar os padrões de qualidade da fruticultura brasileira ao patamar de excelência que o mercado internacional exige. **Agroanalysis**. Rio de Janeiro: FGV, v.21, n.8, ago. p.43-5, 2001.

HOMMA, A. K; FRAZÃO, D. A. C. O despertar da fruticultura amazônica. **Fruticultura em Revista**. Belém, p. 16-23, nov. 2002. (Edição especial do XVII Congresso Brasileiro de Fruticultura).

HOMMA, A. Floresta, urgente. **Agroanalysis**. Rio de Janeiro: FGV, v.23, n2, abr. p.32-3, 2003.

INDICADORES SOCIAIS MUNICIPAIS 2000: BRASIL. Rio de Janeiro, IBGE, 2002.

IPEAN. **Relatório de atividades 1971/1972**. Belém, 1972.

JUNQUEIRA, A. H; PEETZ, M. S. da. Fome oculta. **Agroanalysis**. Rio de Janeiro: FGV, v.21, n.8, ago. p.8-12, 2001.

KRUGMAN, P. **Geography and trade**. London: Leuven University Press/MIT Press, 1991.

MANTEGA, G. **A economia política brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1984.

NEPSTAD, D. **Ecologia e manejo de ecossistemas**. Belém: UFPA, 2000. (Disciplina do doutorado em desenvolvimento sustentável).

PERROUX, F. Note sur la notion de pôle de croissance. **Économique Appliquée**. Paris: n.7, p.307-320. 1955.

PINAZZA, L. A; LAUANDOS, I. P. Voando a mil. **Agroanalysis**. Rio de Janeiro: FGV, v.20, n.8, ago. p.12-17, 2000.

PIZZO, M. R. R. de. Contribuição do BNDES para a formulação de uma política social eficaz para o Brasil nos próximos anos. **Revista do BNDES**. Rio de Janeiro, v.2. n.4, p.3-20, 1995.

PREBISCH, R. El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas. (1949). In: GURRIERI, A. (or.). **La obra de Presbisch en la Cepal**. México: Fondo de Cultura Económica, v.1, 1982.

PRODUTO INTERNO BRUTO DOS MUNICÍPIOS, São Luís, MA. GEPLAN. Disponível em < <http://www.ma.gov.br> >. Acesso em 18 nov. 2002.

ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

SANTANA, A. C. **O fundo constitucional de financiamento do Norte e o desenvolvimento econômico da Amazônia**. Belém: M&S Editora, 2002a.

_____ Desempenho internacional da agropecuária na Amazônia e a contribuição do BASA. In: MENDES, A. D. (org.) **A Amazônia e o seu banco**. Manaus: Valer/Basa, 2002b.

SANTOS, A. I. M. dos. **Breves considerações sobre o Vale do Mearim**. Belém: IPEAN, 1965.

SANTOS, P. C. dos. **Capital mercantil e agricultura: Campanha de produção Agropecuária - Maranhão (1946-1958)**. Rio de Janeiro: FGV, 1981. (Dissertação de Mestrado).

SILVA FILHO, G. E. da. A interpretação para o atraso relativo do Nordeste a partir da teoria do desenvolvimento econômico periférico da Cepal. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza: Etene, v.28, n.4, p. 433-67, out./dez.1997.

SUBPROJETOS LIBERADOS NO PERÍODO 1998 A 2002. São Luís: GEAGRO, jan., 2003.

TARGINO, I. Frente de expansão camponesa no Maranhão. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza: BNB, v.16, n.2, p.183-210, abr./jun. 1985a.

_____ A colonização oficial: o caso da colone. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza: BNB, v.16, n.3, p.453-469, jul./set. 1985b.

TEIXEIRA, L. B; SIMÃO NETO, M; TEIXEIRA NETO, J. F. Pesquisas com pastagens cultivadas na Amazônia. In: **Pastagens cultivadas na Amazônia**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2000.

TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA OS MUNICÍPIOS, São Luís, MA. GEPLAN. Disponível em < <http://www.ma.gov.br> >. Acesso em 18 nov. 2002.

VEIGA, J. E. da. A face territorial do desenvolvimento. **XXVII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA**. Belém: Anpec, Anais, v.II, p.1301-18, 1999.

VILAS, A. T. Oportunidades da fruticultura brasileira nos mercados interno e externo. **Fruticultura em Revista**. Belém, p.6-12, nov. 2002. (Edição especial do XVII Congresso Brasileiro de Fruticultura).

WEDEKIN, I; SARETTA, C. B; BRUM, B. R. Gigante pela própria competência. **Agroanalysis**. Rio de Janeiro, v.22, n.04, abr./mai. p.14-18, 2002.